

Nota Explicativa

A Ilha da Satisfação: ou, Um Novo Paraíso Descoberto (1709)



Tradução

Fátima Vieira | Universidade do Porto, Portugal

Nota sobre o texto

Publicada anonimamente¹ em 1709, *A Ilha da Satisfação: ou, um Novo Paraíso Descoberto* prefigura a atitude anti-utópica que caracterizou, em larga medida, a primeira metade do século XVIII inglês. Como explica Christine Rees, neste período torna-se vulgar o repúdio e a paródia à ideia de utopia, sendo o vocábulo com frequência utilizado como sinónimo de algo quimérico e impraticável (65). *A Ilha da Satisfação* é, nesse sentido, o exemplo perfeito da forma como essa rejeição é consubstanciada não só na crítica à aspiração a uma sociedade mais perfeita, mas também na defesa de uma vida livre, mais genuína e menos planeada.

Assumindo claramente uma atitude anti-utópica, o texto descreve-nos uma sociedade onde a virtude e a felicidade não são naturais mas alcançadas através de processos de condicionamento: a paz e a ordem social são conseguidas pelo recurso a um cruel sistema de punições minuciosamente descrito, e a melancolia, essa doença que ameaça assolar quem tudo tem, é apenas mitigada pela ingestão de um tónico, o *Alegrete*, invenção do Dr. Alegria. *A Ilha da Satisfação* passa em revista, de forma cáustica, todos os ideais utópicos, mostrando-os plenamente realizados no seio de uma sociedade totalitária e iletrada. Levando ao absurdo o ideal de uma vida sem trabalho, o autor do texto introduz-nos num ambiente muito próximo da cocanha, onde os indivíduos não precisam de trabalhar para se alimentarem ou para se vestirem. Contudo, a natureza pródiga é excessiva na sua vontade de alimentar os indivíduos, chegando as árvores a atacar os seres humanos que por elas passam, exigindo que os seus frutos sejam comidos. Do mesmo modo, as soluções apresentadas para a promoção de uma convivência social pacífica são disparatadas: o juiz toma decisões de olhos vendados e ouve o acusado com um ouvido, escutando as alegações do acusador com o outro ouvido, como se tal bastasse para assegurar a aplicação da justiça. As reivindicações dos direitos das mulheres são igualmente satisfeitas através de

Citação

Fátima Vieira,
"Nota Explicativa:
A Ilha da Satisfação: ou, Um Novo Paraíso Descoberto (1709)." *Via Panorâmica: Revista Electrónica de Estudos Anglo-Americanos/An Anglo-American Studies Journal* 2.^a ser. 1 (2008): 188-190. Web. <<http://ler.letras>.

uma inversão ridícula de papéis: as mulheres vão à frente quando caminham, escolhem primeiro e vão para a cama primeiro.

A *Ilha da Satisfação* é, na verdade, uma sátira corrosiva ao género utópico, aos temas que este aborda e aos seus moldes tradicionais de funcionamento. Encontramos, neste texto, uma crítica aos costumes da Inglaterra iluminista, sobretudo ao vício, à corrupção e à imoralidade, que não poderão nunca ser suprimidos mesmo em condições ideais. Mas deparamo-nos também com uma sátira à própria ideia de *sociedade ideal*, já que, quando todas as aspirações são satisfeitas, existe o perigo de que a melancolia e a falta de vontade de viver se instalem. É pois no melhor estilo anti-utópico que o texto se afirma, anunciando, mais ainda do que *Gulliver Travels*, uma atitude de valorização do real e do presente, relegando a Utopia para o plano do sonho, do absurdo e mesmo do primitivo.

Nota sobre a tradução

A tradução de *A Ilha da Satisfação* foi assumida colectivamente por um grupo de estudantes do Seminário de Tradução do Curso de Mestrado em Estudos Anglo-Americanos (variante de Tradução Literária Inglês-Português) da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Na base da escolha do texto estiveram essencialmente dois factores. Em primeiro lugar, o desejo de dar a traduzir aos estudantes um texto que poderia vir a ser publicado. Estando o presente número da *Via Panorâmica* em preparação, e dada a importância do texto para a compreensão do espírito anti-utópico que se afirmou como prevacente na primeira metade do século XVIII – e que em larga medida ajuda a explicar o contexto de publicação de *Gulliver's Travels* –, o texto afigurou-se-me, na altura como relevante. O segundo factor que justifica a escolha deste texto prende-se com o facto de ele obrigar os estudantes a enfrentar a necessidade de procederem a uma cuidada investigação histórica para compreenderem parte do seu vocabulário e das alusões culturais que o caracterizam. Foram, de facto, longas as horas de discussão, nas sessões práticas do seminário, sobre o significado deste ou daquele passo, desta ou daquela palavra. Da mesma forma, verificou-se a necessidade de se encontrar, em língua portuguesa, um registo e um conjunto de vocábulos adequados, capazes de transmitirem o sabor de um texto datado. O resultado do trabalho colectivo, que tive a oportunidade de coordenar, é a primeira tradução para português de um texto importante – e todavia praticamente desconhecido dos portugueses – da tradição de literatura anti-utópica inglesa.

Nota

¹ Gregory Claeys, o editor de *Utopias of the British Enlightenment* onde este texto foi publicado pela primeira vez, aponta como possíveis autores Henry Playford, John Pomfret, Thomas Brown, James Moore Smith, Sir John Dillon e Ned Ward (XXXVIII-IX).

Obras Citadas

Claeys, Gregory, ed. *Utopias of the British Enlightenment*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

Rees, Christine. *Utopian Imagination and Eighteenth-Century Fiction*. London: Longman, 1996.